

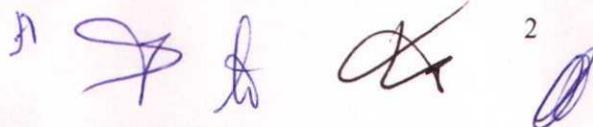
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
REALIZADA NO ESCRITÓRIO DO RIO DE JANEIRO
EM 04 DE AGOSTO DE 2017 ÀS 10H30MIN**

ATA nº 212

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, mediante prévia convocação dos Conselheiros determinada pelo Presidente do Conselho e na forma das disposições estatutárias em vigor, reuniu-se às 10h30min, no Escritório do Rio de Janeiro da CPRM, localizado na Av. Pasteur, 404 – Urca, o Conselho de Administração da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, em sua ducentésima décima segunda reunião, para deliberação sobre os assuntos constantes da Pauta, a saber: **I)** Avaliação da Ata da reunião anterior, de 07.07.2017; **II)** Ratificação da nomeação do Diretor Antônio Carlos Bacelar Nunes; **III)** Cronograma de Reuniões do Conselho – Proposta de Cronograma; **IV)** Sucessão da Chefia da Auditoria Interna; **V)** Proposta de criação das estruturas de Governança e Corregedoria; **VI)** Informes da Diretoria: Implementação das Resoluções CGPAR; Acompanhamento orçamentário 2017; Isenções tributárias – proposta de encaminhamento sobre passivos tributários; Revisão do Estatuto Social da CPRM; Planejamento Estratégico da CPRM; Implementação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI; Ambiente virtual para disponibilização de documentos aos Conselheiros; Informações sobre o processo licitatório das áreas; Carta anual de políticas públicas e governança corporativa; Regimento interno para o Conselho de Administração; etc; **VII)** Outros Assuntos. A reunião foi presidida pelo Conselheiro-Presidente, Otto Bittencourt Netto e contou com a presença do Conselheiro-Vice-Presidente, Eduardo Jorge Ledsham, e dos Conselheiros Cássio Roberto da Silva, Eduardo Carvalho Nepomuceno Alencar e Paulo Cesar Abrão, atuando como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Secretário-Geral da CPRM. A reunião, em momentos diversos, a depender do assunto tratado, contou ainda com as seguintes presenças: Juliano Oliveira, Diretor de Administração e Finanças, Francisco Modenesi, Chefe da COJUR, Izabela Giffoni, Chefe da SUPLAM, e Roberta Pereira, Chefe da DIDOTE/DEINF. Dando início à reunião, o Conselheiro Presidente agradeceu a presença de todos, e convidou o



Analista em Geociências Palmiro Franco Capone a participar da reunião. Em seguida, pediu o registro em Ata do agradecimento do Conselho de Administração ao Dr. Capone, em reconhecimento à sua dedicação e excelência no apoio às atividades do Conselho, durante os muitos anos em que o mesmo esteve à frente da Secretaria Geral (SEGER). Aproveitou ainda para dar as boas vindas ao novo SEGER, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. O Conselheiro Presidente informou o recebimento de carta de renúncia do Conselheiro Telton Elber Correa, entregou cópia da mesma aos demais Conselheiros, e pediu que ficasse registrado o agradecimento do Conselho de Administração à grande contribuição do Geólogo Telton Correa no período em que integrou o mesmo. Passou-se então para os itens da pauta. **I) Avaliação da Ata da reunião anterior de nº 211, de 07.07.2017, que foi aprovada e assinada. II) Ratificação da nomeação do Diretor Antônio Carlos Bacelar Nunes.** O Conselho de Administração ratificou o Ato nº 002/CA/2017, de 27.07.2017, “ad referendum do CA”, de exoneração do Pesquisador em Geociências José Leonardo da Silva Andriotti, da função de Diretor Interino de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT da CPRM, e de designação do Pesquisador em Geociências Antônio Carlos Bacelar Nunes, para o cargo de Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT da CPRM, a partir de 27.07.2017, com base no Ofício nº 510/2017/GM-MME, de 19.07.2017, aprovação da Casa Civil da Presidência da República, avaliação da Comissão Interna de Elegibilidade da CPRM-CIEL nº010/2017, de 18.07.2017 e comunicação feita pelo Secretário Geral da CPRM aos membros do Conselho de Administração, por e-mail de 25.07.2017: Antônio Carlos Bacelar Nunes, brasileiro, natural de Caxias, Maranhão, casado, geólogo, portador da carteira de identidade nº 116411, expedida pela SSP/MA, em 25/05/2011, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 297.509.897-91, domiciliado em São Luís, MA, na Av. Sambaquis, 01, Q-16, Calhau, Cep: 65.701.390. Na oportunidade o Conselho ratificou os atos praticados pelo Diretor José Leonardo da Silva Andriotti, na função de interinidade, respondendo pela Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial-DHT. **III) Cronograma de Reuniões do Conselho – Proposta de Cronograma;** O Conselho deliberou pelo seguinte calendário de reuniões até o final de 2017: a) 22.09.2017, sexta-feira, às 10:30, em Belo Horizonte; b) 20.10.2017, sexta-feira, às 10:30, no Rio de Janeiro; e c) 01.12.2017, sexta-feira, às 10:30, no Rio de Janeiro. **IV) Sucessão da Chefia da Auditoria Interna –** O Diretor de Administração e Finanças explicou que, ao deixar a Auditoria Interna-AUDITE para assumir a Diretoria, o Analista em Geociências Dinei Dias da Silva, que já era seu substituto desde 2005, assumiu temporariamente a AUDITE. Explicou ainda ser esta uma solução transitória, porque a CPRM, no intuito de

 2

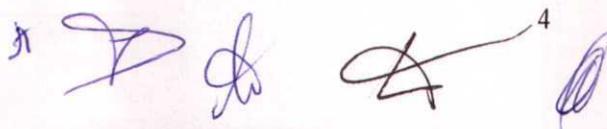
fortalecer a sua área de controles internos, pediu à CGU a indicação de alguns nomes do seu quadro que pudessem assumir a chefia da AUDITE, o que foi muito bem recebido na CGU. O Conselho decidiu aguardar até que a Diretoria Executiva lhe encaminhe a lista com os nomes indicados pela CGU, para então deliberar e designar o novo titular da Auditoria Interna da CPRM. **V) Proposta de criação das estruturas de Governança e Corregedoria** – Antes da discussão sobre a proposta propriamente dita, o Conselheiro Eduardo Alencar palestrou sobre “Governança Corporativa no Setor Público: Alinhamento e Implementação”. Em seguida, o Diretor de Administração e Finanças da CPRM passou a apresentar a proposta para estruturação das áreas de Governança e Corregedoria. A primeira parte da proposta contempla a criação de uma área de Corregedoria, ligada ao Conselho de Administração, englobando as atividades de correição. A Corregedoria será a instância de apuração da CPRM, por onde passarão os processos que envolvam desvio de erário, sindicâncias, processos administrativos disciplinares, entre outros. A segunda parte da proposta contempla a criação do Comitê de Governança, Riscos e Controles-CGRC, ligado à Diretoria de Administração e Finanças-DAF, englobando as áreas de gestão de riscos, controle interno, conformidade (*compliance*) e normativos. O Conselho aprovou a proposta apresentada, criando a área de Corregedoria, ligada ao Conselho de Administração, e o Comitê de Governança, Riscos e Controles-CGRC, ligado à Diretoria de Administração e Finanças. Quanto à indicação dos titulares para a Corregedoria e o CGRC, ficou decidido que o Diretor de Administração e Finanças, buscará junto à CGU, os pré-requisitos obrigatórios e/ou desejáveis para os ocupantes destes dois organismos, submetendo os do Corregedor à aprovação do Conselho. Em seguida, será organizada pelo Departamento de Recursos Humanos-DERHU da CPRM, duas chamadas internas para a seleção de interessados para as duas funções. No caso da Corregedoria, a partir da seleção efetuada pelo DERHU, a Diretoria da CPRM encaminhará uma lista de interessados para deliberação pelo Conselho de Administração. No caso do CGRC, a própria Diretoria escolherá o titular do Comitê, a partir da lista de interessados selecionados pelo DERHU. **VI) Informes da Diretoria;**

a. Implementação das Resoluções CGPAR. O Diretor de Administração e Finanças informou que, além da criação da Corregedoria e do CGRC, aprovadas hoje pelo Conselho, houveram avanços com o novo Estatuto. Também estão sendo elaboradas a Carta Pública e o Regimento Interno do Conselho de Administração. Com isso, a CPRM passa o seu nível de implementação das Resoluções da CGPAR de 28% para cerca de 60%. **b. Acompanhamento orçamentário 2017.** O Conselho foi informado da

A    3 

situação orçamentária da CPRM, principalmente no que tange as ações discricionárias. Na LOA/2017, as ações discricionárias da CPRM totalizavam R\$ 57 milhões, além de outros R\$ 27 milhões para a ação de Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera da Bacia de Santa Catarina, totalizando cerca de R\$ 85 milhões. Diante do contingenciamento, foi feita uma reprogramação das atividades, reduzindo os R\$ 57 milhões para R\$ 48 milhões, dos quais já foram executados R\$ 23 milhões (49%), até 01.08.2017. Porém, os cerca de R\$ 24 milhões restantes não estavam disponíveis, já que a CPRM ficou com disponibilidade zero de limite nas ações discricionárias, pois todo o limite restante foi resguardado para a ação da Bacia Carbonífera, por determinação ministerial. A partir das negociações da Diretoria junto ao MME, ficou definido que o Ministério vai assumir a ação da Bacia Carbonífera, ficando a CPRM como executora, assim, o limite que for necessário para a execução dessa ação vai ser liberado pelo MME. Além disso, a meta de execução para aquela ação, com base na nossa capacidade de execução, foi revista de R\$ 27 milhões para R\$ 17 milhões, dos quais cerca de R\$ 5 milhões (30%) já foram executados, restando um saldo de limite disponível de R\$ 12 milhões para a execução do restante da meta revista. A Diretoria informou ao Ministério do Planejamento e ao Ministério de Minas e Energia a necessidade de R\$ 24 milhões, após a reprogramação efetuada, para execução das ações discricionárias, de agosto a dezembro, mas foi disponibilizado apenas R\$ 10 milhões, o suficiente para os meses de agosto e setembro. A partir daí, novos recursos deverão ser negociados junto ao Ministério. Foi informado ser esta a situação orçamentária de um grande número de Instituições Governamentais. Quanto à PLOA2018, a mesma encontra-se em fase de finalização, e a CPRM propôs um aumento de R\$ 21 para R\$ 25 milhões na previsão orçamentária da ação "Administração da Unidade". Ressaltou-se que este ano não haverá a sempre esperada liberação de recursos no final do ano, já que o próprio orçamento do MME diminuiu de R\$ 510 para R\$ 322 milhões.

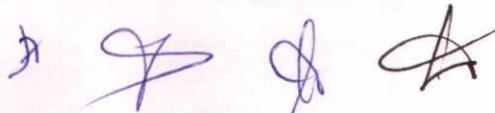
c. Isenções tributárias – proposta de encaminhamento sobre passivos tributários - O Consultor Jurídico, Francisco Modenesi, informou que os honorários para a contratação de especialista em direito tributário são muito altos, o que a torna muito difícil diante da dificuldade orçamentária em curso. Apesar da equipe de advogados da CPRM não dispor de especialista nesta área, solicitou ao Diretor-Presidente um prazo de 20 dias para a busca de soluções internas, com o apoio da equipe da DAF, no sentido da tese da Imunidade Tributária, uma questão muito densa. Também consultará as empresas contratadas para o contencioso no sentido de verificar que tipos de ações judiciais poderiam ser utilizadas.

 4

Informou ainda que, na sua opinião, não seria uma boa estratégia ir direto ao STF, e que sua prioridade não é junto aos tributos federais, mas sim os estaduais e municipais. O caso do IPTU do escritório do Rio de Janeiro, cuja dívida alcança os R\$ 77 milhões, não é de imunidade, mas sim de isenção. Segundo o Diretor-Presidente, caso no prazo acordado não se tenha avanços significativos, será necessário buscar apoio externo. O conselheiro Eduardo Alencar desaconselhou a contratação de escritório de advocacia para tratar do assunto e ponderou a necessidade da Consultoria Jurídica da CPRM realizar este trabalho.

d. Revisão do Estatuto Social da CPRM – Segundo o Consultor Jurídico da CPRM, Francisco Modenesi, coordenador do grupo de trabalho encarregado de preparar o novo Estatuto Social da CPRM, nos termos da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016 que a regulamenta, a primeira fase já está concluída, passando agora à revisão do Grupo, cujo prazo é 31 de agosto de 2017. A proposta de novo Estatuto, resultante da atuação do grupo de trabalho, será encaminhada para apreciação da Diretoria Executiva e posteriormente do Conselho de Administração. Foi informado que a Assembleia que aprovará o novo Estatuto já está marcada para o dia 05 de dezembro de 2017, sendo necessário o encaminhamento, no mínimo 30 dias antes, da proposta já aprovada para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

e. Planejamento Estratégico da CPRM – A chefe da Superintendência de Planejamento e Métodos (SUPLAM), Izabela Giffoni, apresentou a situação atual do mapa estratégico da CPRM. O mapa é composto pelos objetivos estratégicos que a empresa pretende alcançar. Cada objetivo é composto por indicadores que, por sua vez, são compostos por iniciativas e estas últimas por projetos. Informou que a gestão do mapa será feita periodicamente, inicialmente de dois em dois meses, chegando posteriormente a uma frequência mensal, e efetuada pela equipe da SUPLAM. Essa equipe vai operacionalizar a ferramenta do mapa estratégico, atuando como um Escritório de Projetos (grupo constituído em 05.06.2017, com representantes de cada Diretoria). A gestão do mapa estratégico como ferramenta do Planejamento Estratégico da CPRM tem por consequência a gestão do próprio portfólio de projetos da empresa, subsidiando, inclusive, as respostas para as demandas de monitoramento do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), sobre as atividades e os recursos utilizados pela CPRM. A chefe da SUPLAM ilustrou a operacionalização do mapa estratégico, mostrando que cada objetivo leva à uma planilha com seus indicadores, que por sua vez refletem as iniciativa e os projetos a ele associados, suas metas e os responsáveis. A partir daí, acompanha-se o andamento da entrega desses indicadores,

 5 

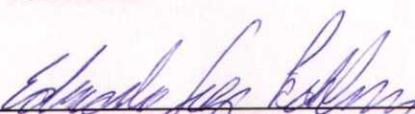
utilizando-se cores para sua representação, ou seja, verde para o que está sendo entregue dentro do previsto, laranja quando há algum ponto de atenção, vermelho para aqueles que apresentam problemas e azul quando não foi possível a apuração. O esquema de cores é refletido para os objetivos, possibilitando uma análise visual do andamento dos mesmos pela Diretoria. O Conselheiro Eduardo Alencar sugeriu que, além do esquema de cores, se utilizasse um indicador percentual que, associado a uma classificação por peso dos indicadores e objetivos, ponderando a importância relativa dos mesmos, possibilitaria a geração de um indicador global para a CPRM. O Conselheiro Cássio indagou se seria possível incluir também o custo no acompanhamento, tendo a chefe da SUPLAM respondido afirmativamente. Segundo Izabela, uma das dificuldades atuais reside no fato dos dados estarem sendo alimentados manualmente, mas que futuramente a coleta de dados será automatizada, buscando-se, inclusive, a importação de dados a partir do Sistema de Gestão de Projetos (SGP). Informou também que em agosto será feito novo acompanhamento do mapa estratégico, com a posição relativa a julho. O Conselho parabenizou a Chefe da SUPLAM pela apresentação e pelos resultados alcançados. **f.** Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) – A coordenadora do grupo de implantação do SEI, Roberta Pereira da Silva, apresentou as atividades desenvolvidas pelo grupo até o momento. Relatou que ainda não se obteve a autorização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), criador e detentor dos direitos do SEI, necessária para que possamos firmar Acordo de Cooperação com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável pela implantação do SEI no âmbito do governo federal e só então termos acesso ao Sistema para instalação e configuração. O Diretor-Presidente da CPRM informou que iria fazer gestões junto ao Ministério do Planejamento para acelerar o processo. **g.** Ambiente virtual para disponibilização de documentos aos Conselheiros – O Secretário Geral informou que a área de informática da CPRM já apresentou proposta e cronograma para o desenvolvimento de um ambiente virtual, acessível pelos Conselheiros através da Internet, onde os documentos referentes às reuniões poderão ser consultados. A expectativa é de que o referido ambiente possa ser apresentado na próxima reunião do Conselho de Administração. **h.** Informações sobre o processo licitatório das áreas – O Conselheiro-vice-presidente informou que são quatro as áreas a serem licitadas: Zinco-Chumbo-Cobre de Palmeirópolis (TO), Carvão de Grande Candiota (RS), Cobre de Bom Jardim (GO) e Fosfato do Miriri (PE/PB). Porém, o TCU exigiu uma avaliação econômica externa, assim, estamos neste momento licitando essa avaliação. O problema é que



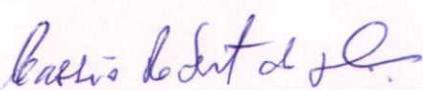
como são poucas as empresas que fazem esse tipo de trabalho, já foram feitas duas licitações sem sucesso. A terceira licitação acabou de ser publicada. Isso está gerando atraso no cronograma estabelecido. i. Os informes "Carta anual de políticas públicas e governança corporativa" e "Regimento interno para o Conselho de Administração" foram transferidos para a próxima reunião. VII) Outros assuntos: 1. O Conselheiro Eduardo Alencar entregou ao Conselheiro-vice-presidente um CD contendo o Sistema de Agenda utilizado no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. 2. O Conselheiro Eduardo Alencar informou que, face ao seu afastamento do país para realização de mestrado em políticas públicas no exterior, estará enviando nos próximos dias a sua carta de renúncia. O Conselheiro-Presidente agradeceu e elogiou a contribuição do Conselheiro Eduardo no período em que participou do Conselho de Administração. Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada, solicitando-se ao Secretário a lavratura da presente Ata.



OTTO BITTENCOURT NETTO
Presidente

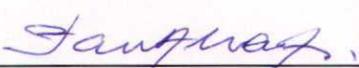


EDUARDO JORGE LEDSHAM
Vice-Presidente

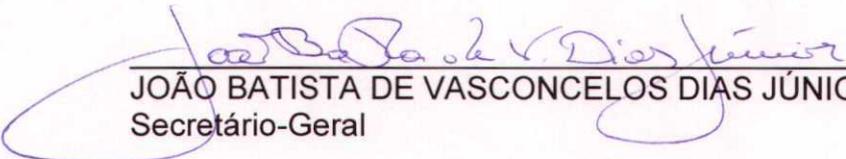


CÁSSIO ROBERTO DA SILVA
Conselheiro

EDUARDO CARVALHO NEPOMUCENO ALENCAR
Conselheiro



PAULO CESAR ABRÃO
Conselheiro



JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
Secretário-Geral